

CONSELHO MUNICIPAL DA DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDDI

RESOLUÇÃO Nº 42 /2017 - Dispõe sobre revisão e readequação da regulamentação sancionada pela Resolução nº 34 de 03 de Novembro de 2015 referente ao Processo de Eleição da Sociedade Civil do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDDI, e estabelecimento de critérios para Pleito Eleitoral Vacâncias a gestão 2016-2018 e dar outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO, CMDDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1861 de 08 de setembro de 2010, Alterada pelas Leis nº 2.026 de 12 de Junho de 2012, Lei nº 2.059, de 12 de Novembro de 2012 e Lei nº 2.249, de 20 de Outubro de 2015, e considerando a necessidade de realizar Processo Eleitoral para Cargos Vacantes da Gestão 2016-2018,

RESOLVE:

Art. 1º O Processo de escolha de representantes da Sociedade Civil junto ao CONSELHO MUNICIPAL DA DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO, cargos vacantes a gestão 2016/2018, atenderá ao disposto na forma desta resolução.

Parágrafo único: A escolha dos representantes da sociedade civil do CMDDI será mediante Assembleia Geral, cuja convocação dar-se-á por meio de edital expedido pelo presidente do Conselho em exercício, do qual conste data, local, pauta e critérios de participação dos Sindicatos e /ou Associações Cívicas, com atendimento direto à Pessoa Idosa, às Associações Cívicas e/ou Sindicatos com interesse na Política de Atendimento ao Idoso cujo competência é afeta ao conselho, as Instituições de Ensino Universitário e à Pessoa Física do Idoso, descritas no artigo 5º, II, da Lei 2.249, de 20 de outubro de 2015.

Art. 2º O CMDDI nomeou Comissão do Processo Eleitoral, que juntamente com representante da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso, serão responsáveis pela condução dos trabalhos de eleição, a saber :

- Zally Pinto Vasconcelos Queiroz, Presidente da Comissão;
- Grace Driesmans Beyer - Conselheiro da Sociedade Civil;
- Maria Conceição Martins Lepique; Conselheiro da Sociedade Civil
- Walter Antonio e Silva, Conselheiro da Sociedade Civil
- Cecília de Oliveira Piaui, Conselheiro do Governo

Representante do Poder Público: Rita de Cassia de Moraes Canuto, Secretária Executiva Conselhos, Setor de Apoios aos Conselhos da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso – SEPEDI.

Art. 3º Os Membros da Comissão designados acima, terão as seguintes atribuições:

I – Efetivar as inscrições dos candidatos interessados em participar da eleição para escolha dos representantes da sociedade civil no CMDDI, recebendo a documentação pertinente, conforme estabelece a presente resolução.

II – Divulgar a lista de candidatos habilitados, de acordo com os critérios previamente definidos;

III- Coordenar os procedimentos eleitorais até a fase final da Assembléia convocada para a eleição.

Parágrafo único: Na hipótese do sindicato, associação ou pessoa física não indicar o segmento a que pertence, caberá à Comissão do Processo Eleitoral efetivar o seu enquadramento quanto ao segmento, em conformidade com os estatutos do segmento e/ou relatórios de atividades do mesmo.

Art. 4º Das decisões da Comissão do Processo Eleitoral caberão recurso no prazo de (2) dois dias úteis, após publicação e/ou ciência de suas decisões constantes do Edital de Pleito.

Art. 5º Cidadãos de Caraguatatuba poderão se habilitar-se ao Processo Eleitoral para preenchimento de 09 (nove) cargos vagos junto ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso, a saber:

- 04 (QUATRO) VAGAS PARA SINDICATOS E/OU ASSOCIAÇÕES CIVIS, SENDO 02 (DUAS) VAGAS PARA TITULAR E 02 (DUAS) VAGAS PARA SUPLÊNCIA;
- 01 (UMA) VAGA PARA TITULAR - SINDICATOS E/OU ASSOCIAÇÕES VOLTADAS ESPECIFICAMENTE AO IDOSO;
- 01 (UMA) VAGA DE SUPLÊNCIA PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR;
- 03 (TRÊS) VAGAS, SENDO 01(UMA) DE TITULAR E 02(DUAS) DE SUPLÊNCIA PARA A PESSOA FÍSICA DO IDOSO, COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 ANOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO.

Art. 6º A propositura da candidatura e a habilitação dos representantes dos Sindicatos, Associações Civis com ou sem atendimento direto ao Idoso e a Instituição de Ensino Superior, serão aceitas mediante Ofício dirigido à Presidente do Conselho, assinado pelo representante legal do Sindicato e/ou Associação Civil, Reitor da Universidade, Dirigente de Associação. Pessoa Física do idoso fará á sua candidatura através de requerimento próprio, acompanhada dos seguintes documentos:

A- Para todas as candidaturas anexar os seguintes documentos dos candidatos:

- I. Cópia da Carteira de Identidade – RG;
- II. Cópia do CPF;
- III. Cópia Simples do Comprovante de Endereço;
- IV. Cópia do Título Eleitoral da Comarca de Caraguatatuba;

B- Para Sindicatos, Associações e Instituição de Ensino Superior, apresentar:

|V-Cópia da ata de eleição e posse da última diretoria, com relação nominal de seus membros, para Associações. Declaração de composição de representantes de sua Diretoria/Reitoria para Instituições de Ensino Superior;

VI - Relatório de atividades desenvolvidas referentes aos dois últimos anos anteriores ao pleito eleitoral, para Associações Cíveis com interesse na Política de Atenção ao Idoso, e para Associações de atendimento ao Idoso.

VIII - Declaração de funcionamento, constando nomes e cargos da diretoria, RG, CPF, Telefone.

VIII- Cópia do Estatuto ou do Ato constitutivo da Associação em vigor, devidamente Registrado;

IX- Cópias do Cadastro Nacional Pessoa Jurídica- CNPJ do M.F;

X- Cópia de Inscrição no Conselho de classe, em caso de representação Sindical;

XI- Ofício do Sindicato e/ou Associação Cível, informando os nomes dos candidatos e categoria de filiação na condição de associado ou vínculo empregatício na condição de funcionário e/ou membro de sua diretoria.

XII- Ofício de designação de candidatura de membro do corpo docente ou diretoria, assinado pelo Reitor ou dirigente de Entidade de Ensino superior, com dados de identificação do candidato (RG, CPF, Cargo/Docência , Endereço).

XIII - Uma Foto que será tirada no momento da inscrição de sua candidatura.

XIV – Mini Currículo, contendo breve apresentação do candidato. (modelo impresso).

Parágrafo único: Estarão isentos da entrega de documentos mencionados no inciso V a IX , às Associações Cíveis voltadas especificamente ao atendimento à Pessoa Idosa , com inscrição e com manutenção de atividades concedida para ano de 2017 junto ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Idoso - CMDDI.

Art. 7º O interessado em se candidatar ao processo eleitoral deverá optar por um único segmento das vagas mencionadas em Edital. As indicações de candidaturas pelas Associações, Sindicatos e Instituição de Ensino Superior serão de no máximo duas candidaturas.

Art. 8º A Comissão do Processo Eleitoral analisará os pedidos e publicará a lista dos habilitados.

Art. 9º Das decisões da Comissão do Processo Eleitoral caberá recurso no prazo de (2) dois dias, estabelecidos em Edital.

Art. 10 Poderão realizar o exercício do voto os eleitores munidos de Cédula de Identidade – RG e Título Eleitoral da Comarca de Caraguatatuba, sendo facultativo o voto aos maiores entre 16 anos e 18 anos e a Idosos acima de 70 anos.

Art. 11 Haverá reunião com os candidatos homologados a fim de prestar orientação acerca do Processo Eleitoral, bem como acerca do papel junto ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do idoso – CMDDI, em data a ser estabelecida no edital.

Art. 12 A Assembléia de Eleição terá as seguintes fases:

I – Abertura do processo eleitoral pela Presidente do Conselho Municipal do Idoso.

II- Formação da mesa receptora e apuradora de votos, formada por membros da Comissão do Processo Eleitoral e voluntários designados.

III – Eleição será para completar cargos vacantes das representações da sociedade civil referentes a Sindicatos e Associações de atendimento específico a Idoso e/ou com interesse na Política de Atendimento ao Idoso, Instituição de Ensino Superior e Pessoa Física do Idoso de 60 anos ou mais;

Art. 13 O voto será secreto, sendo permitida a cada eleitor a escolha de um candidato por segmento, totalizando 04 votos por cédula.

Parágrafo único: A titularidade e suplência serão definidas entre os candidatos tendo como referência ordem decrescente de votos, ou seja, a titularidade será atribuída ao candidato com maior número de votos, a seguir os suplentes em cada categoria de representação da sociedade civil.

Art. 14 Terminada a Assembléia de Eleição, acontecerá à apuração dos votos, e preenchimento das vagas conforme estabelecido no parágrafo único do Artigo 13. A mesa coordenadora dos trabalhos assinará a ata que constará do número de votantes, votos válidos e votos nulos, rasuras caso tenham ocorrido, votos atribuídos a cada candidato. A ata será remetida à Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso para prosseguimento administrativo, para publicação dos eleitos. Após haverá lavratura de Decreto de Nomeação e será agendada posse oficial e início dos trabalhos do exercício em curso.

Art. 15 A Resolução do processo e Listas de Deferimento e Indeferimento e Homologação de candidaturas, bem como o resultado do Processo Eleitoral, serão fixadas no mural da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do Idoso- SEPEDI.

Art.16 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga dispositivos contrários.

Caraguatatuba, 24 de Agosto de 2017.

Zally Pinto Vasconcelos Queiroz
Presidente do Conselho Municipal da Defesa dos Direitos do Idoso

